

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contenção de danos - BRASÍLIA - DF 2

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sem acordo com governo, Câmara só deve votar projeto do MEI em agosto 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf julga cobrança bilionária da Petrobras 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo corre para evitar tarifaço dos EUA 7

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Delírio fiscal 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Juros altos não impedem economia de crescer acima do potencial 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IGP-DI tem deflação, com alívio no preço de commodities 12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tesouro quer rediscutir título isento diante de dificuldade com dívida 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Nem juros acima de 8% destravam demanda pelas NTN-Bs 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
ECONOMIA

Fim da escala 6x1 vai impactar milhares de acordos coletivos 17

Contenção de danos - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Ao afirmar que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) se tornará inimigo caso não envie a proposta de emenda constitucional do fim da escala 6x1 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até semana que vem, o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), causou um mal-estar entre governistas no Congresso Nacional. À coluna, parlamentares avaliam que esse tipo de afirmação mais prejudica do que ajuda. Enquanto o Senado trabalha para avançar com a PEC, declarações dessa ordem podem invalidar todo o esforço para tentar levar a proposta a votos. Senadores comentam reservadamente que é preciso "calma": Afinal,

o fim da 6x1 é a prioridade do governo na Casa para esse período pré-eleitoral. O momento não é propício para ataques, principalmente, ao presidente do Senado, alertam.

Veja bem.../ A resposta de Alcolumbre às palavras de Uczai foram claras: "Ameaças e constrangimentos institucionais não aceleram a tramitação; apenas afrontam a independência dos Poderes". Se o governo quiser a colaboração do presidente do Senado, melhor deixar seus líderes no modo "paz e amor" com Alcolumbre.

O que é ruim...

Ao se referir a escândalos de corrupção e ao Banco Master na audiência pública nos Estados Unidos, o senador Flávio Bolsonaro deixou de fora a CPI da Covid, criada no governo Bolsonaro; e, no quesito Master, a fala do senador passou anos-luz do financiamento do filme sobre seu pai.

...a gente esconde

No Brasil, aliados do senador se mostraram preocupados. É que, se as tarifas não baixarem, melhor manter distância desse tema e voltar as baterias para o setor de segurança pública, a pauta em que o senador tem mais condições de surfar.

A aposta

Se tem alguém que pode ajudar a reverter as tarifas é o empresariado americano que compra produtos do Brasil. É a eles a quem Donald Trump estará mais sensível para atender. Aliás, é por aí que o governo brasileiro tem buscado as negociações desde o início

do tarifaço, no ano passado.

E com um certo sucesso.

Não agradou

Representantes dos auditores fiscais da **Receita Federal** consideram que o concurso autorizado nesta semana não contempla a necessidade de vagas a preencher urgentemente. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco), a Receita perdeu mais de 40% do seu efetivo desde 2014, e o edital oferece apenas 30 postos para auditores, muito aquém do necessário.

CURTIDAS

Sua hora vai chegar/ Com André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP-SP) embotados no Datafolha, atrás de Ricardo Salles (Novo), Marina Silva e Simone Tebet, o PL paulista acredita que, com o empenho do governador Tarcísio de Freitas (foto), a performance de Prado e de Derrite vai melhorar.

Nem tanto/ O problema de Prado e Derrite é que, com Ricardo Salles em terceiro, ficará difícil ignorar o deputado e ex-ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro, que tende a ser segundo voto de muita gente.

Quem decide/ O senador Izalci Lucas (PL-DF) avisa que se mantém candidato ao governo do Distrito Federal. À coluna, o senador afirmou que apenas o presidente do partido, Valdemar da Costa Neto, e o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro têm legitimidade para definir as chapas majoritárias. E ressalta que nenhum dos dois disse o contrário. "Eu tenho mandato, sou senador, quem vai dizer que vou ficar sem mandato?" questionou.

Apenas dois/ Com as ausências do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) ouvirá os pré-candidatos Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo) hoje. A CNC quer saber o que pensam os presidentiáveis sobre o setor produtivo e a economia nacional e quais suas propostas de governo.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/07/08/all.pdf>

Sem acordo com governo, Câmara só deve votar projeto do MEI em agosto

GERALDA DOCA E BRUNA LESSA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Sem conseguir um acordo com o governo, a Câmara deve adiar a votação do projeto que eleva o limite de faturamento do programa do microempreendedor individual (MEI) para R\$ 140 mil para quando terminar o recesso parlamentar, em agosto. O principal impasse envolve a revisão das faixas de alíquotas do Simples, alvo de resistência do Ministério da Fazenda.

A proposta aumenta gradualmente o limite anual de faturamento da categoria, dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil a partir de 2028, além de permitir a contratação de até dois empregados.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tinha a intenção de votar a proposta este mês, mas os deputados avaliam que não há mais tempo hábil para fechar um acordo que permita aprovar o texto no prazo previsto, diante do impasse envolvendo o Simples. O recesso começa no próximo dia 18.

Os parlamentares insistem em incluir no projeto o reajuste das faixas do Simples, além de tornar automática a correção no teto de faturamento do MEI pela **inflação**. A equipe econômica do governo, contudo, não concorda, sobretudo em relação ao Simples, devido a um impacto fiscal estimado em R\$ 50 bilhões por ano.

MAIS TEMPO PARA CÁLCULOS

Segundo o relator do projeto na comissão especial da Câmara, deputado Jorge Goetten (RepublicanosSC), o Ministério da Fazenda e a **Receita Federal** pediram tempo até agosto para apresentar cálculos mais detalhados sobre possíveis mudanças no Simples.

Depois de se reunir com Motta, Goetten disse que o presidente da Câmara também considera importante incluir o Simples na proposta:

-As condições e o limite serão objeto de debate, para saber até onde pode ir.

De acordo com cálculos do Executivo, a elevação do teto de faturamento do MEI terá um impacto fiscal estimado em R\$ 8,1 bilhões entre 2027 e 2029.

O custo para os cofres públicos decorre da renúncia de arrecadação prevista com a ampliação do regime. Na prática, mais empreendedores poderão permanecer enquadrados como MEI, que reúne tributação simplificada e contribuição reduzida ao **INSS**, em vez de migrarem para outras modalidades de empresas, como o Simples Nacional. Segundo a estimativa do governo, a perda de arrecadação será de R\$ 1,57 bilhão em 2027, de R\$ 3,15 bilhões em 2028 e de R\$ 3,38 bilhões em 2029.

Para vencer resistências, integrantes da comissão especial da Câmara sugerem criar novas alíquotas para o MEI, além da contribuição atual de 5%, que assegura cobertura previdenciária. Também propõem reduzir o prazo para exclusão de inadimplentes do programa, hoje de 12 meses consecutivos de atraso.

Apesar da existência de um projeto que trata da ampliação do MEI na comissão especial, o Executivo enviou uma proposta de mesmo teor, de olho nas eleições. O texto do governo será anexado ao projeto no colegiado.

Na justificativa encaminhada ao Congresso, o governo argumenta que o limite de faturamento está congelado desde janeiro de 2018 e não acompanhou a **inflação** acumulada no período. Segundo os cálculos apresentados no projeto, a correção monetária faria o teto chegar a aproximadamente R\$ 143 mil em 2028. Por isso, o Executivo sustenta que a proposta representa uma recomposição do valor real do limite, e não uma ampliação do alcance do regime.

SAÍDA DA CATEGORIA

O governo argumenta ainda que a defasagem do teto levou milhares de empreendedores a deixarem o regime simplificado. Dados do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei) apontam que 101.216 microempreendedores foram desenquadrados entre 2025 e 2026 por ultrapassarem o limite de faturamento de R\$ 81 mil.

Até junho deste ano, outros 44,5 mil haviam deixado o MEI pelo mesmo motivo. Na avaliação do governo, parte dessas saídas ocorreu porque o teto permaneceu congelado, e não necessariamente porque os negócios cresceram além do perfil da

categoria.

Embora detalhe a renúncia de arrecadação, a proposta não apresenta uma estimativa para o impacto sobre a **Previdência Social**.

O projeto também determina que a ampliação do teto só produzirá efeitos se a renúncia de receita for considerada nas leis orçamentárias de 2027 a 2029, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Diferentemente de outras medidas tributárias, o governo não precisará apresentar compensações para essa perda de arrecadação, desde que ela esteja incorporada às estimativas de receita do Orçamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carf julga cobrança bilionária da Petrobras

Beatriz Olivon De Brasília

A 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** retomou ontem, com o início da análise do mérito, um julgamento bilionário envolvendo a Petrobras e outras petroleiras. Trata da cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por descumprimento de legislação relativa à apuração dos preços de transferência em operações de importação de plataformas novas de produção de petróleo e gás natural realizadas pela companhia. O placar ficou em dois a um para os contribuintes e um pedido de vista interrompeu o julgamento.

A autuação da Petrobras tem o valor original de R\$ 4,48 bilhões, mas parte já transitou em julgado. Ontem, estava em discussão fatia de R\$ 3,4 bilhões, de acordo com o Formulário de Referência da companhia. Um caso similar da Repsol estava sendo julgado em conjunto - não há valor público para esse processo.

O ponto central da discussão é a mensuração do valor do afretamento, não a técnica do preço de transferência em si - no caso o PIC (Preço Independente Comparado). Se cabem os ajustes que a **Receita Federal** exigiu e com base nos quais lavrou a autuação.

Outras empresas do setor receberam autuações semelhantes porque a contratação era feita em uma espécie de consórcio, liderado pela Petrobras, e todas seguiam a mesma indicação de preço. Em geral, os contratos eram fechados para dez anos, mas acabavam sendo renovados, o que abriu também a discussão sobre como calcular a taxa de retorno dos investimentos.

No julgamento, o procurador Fabrício Sarmanho de Albuquerque, da Fazenda Nacional, afirmou, em sustentação oral, que trata-se de um contrato simples, que considera para o preço o valor da plataforma e o custo da diária. Mas que é preciso, acrescentou, incluir o prazo do contrato e uma taxa de retorno que corresponda, de fato, ao preço diário da plataforma que está sendo afretada.

Advogada da Petrobras, Carina Hollanda destacou que essa é a primeira vez que a Câmara Superior julga o tema, que não seria novo no **Carf**, com decisões de turmas baixas favoráveis à Petrobras, referentes a outras autuações. A advogada questionou

a forma de cálculo apresentada.

O relator do caso da Petrobras, conselheiro Helder Jorge dos Santos Pereira Junior, indicado pela representação dos contribuintes, apontou que a análise trata da possibilidade ou não do uso do índice Roce (retorno sobre o capital empregado) como forma de atualização do preço de transferência. O índice é obtido pela divisão do Ebit (lucro antes dos juros e **impostos**) pela média do capital empregado.

O índice mostra o desempenho efetivo de um investimento, conforme apontou a **Receita Federal**. Mas o desempenho global e não só da atividade que se deseja comparar, segundo o relator. Ainda segundo ele, o Roce não é o farol para o investidor avaliar a rentabilidade de um investimento, mas poderia ser o retrovisor, afetado por vários efeitos não previstos no momento do investimento. "É perigosíssimo supor que a prosperidade é iminente apenas porque sempre foi", afirmou ele.

O relator concluiu que o índice não é adequado para calcular a taxa de retorno esperada para um investimento. Para ele, sendo um índice de desempenho, não está ligado à projeção, mas à realização e que leva em conta todos os investimentos, o que é muito diferente de um índice de retorno de cada plataforma contratada. "Ao usar uma fórmula em que uma das variáveis é invalidada, a fórmula é invalidada."

A relatora no caso da Repsol, conselheira Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic, da representação dos contribuintes, também negou o pedido no mérito. Na sequência, a conselheira Edeli Bessa, da representação da Fazenda, divergiu.

A conselheira indicou que a Petrobras forneceu uma aferição de taxa média por conta das plataformas que tinha com terceiros e essa taxa foi aplicada no valor de reposição das plataformas, determinando preços parâmetro superiores aos praticados. A Receita, lembrou, questionou a metodologia adotada e a taxa de retorno do investimento.

Segundo Edeli Bessa, se fosse feito apenas o ajuste do preço parâmetro, sem considerar a taxa de retorno, reduziria-se muito o preço da taxa média mensal que a contribuinte adotou. Para a conselheira, deve ser reformada a premissa que deixou de apreciar os efeitos do ajuste no prazo de contrato e devem ser considerados taxa de retorno e prazo.

Na sequência, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do conselheiro Luís Henrique Marotti Toselli. A 1ª Turma da Câmara Superior é composta por dez conselheiros.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Governo corre para evitar tarifaço dos EUA

» RAFAELA GONÇALVES » VANILSON OLIVEIRA

Com prazo até o próximo dia 15 para tentar evitar o aumento de 25% das tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificou as negociações com autoridades norte-americanas e o diálogo com o setor produtivo. A estratégia é concentrar esforços nas tratativas diplomáticas para impedir a entrada em vigor da sobretaxa. Ontem, em Washington, houve uma audiência pública, promovida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), para tratar da taxa e, apesar de o governo brasileiro não ter enviado nenhum representante, várias empresas multinacionais se manifestaram contra a elevação das tarifas.

Apesar do acirramento político, ante as eleições deste ano, integrantes do governo afirmam que o foco permanece nas negociações conduzidas com autoridades norte-americanas. A avaliação no Executivo é de que o diálogo técnico deve prevalecer até a conclusão do processo, considerado decisivo para evitar prejuízos às exportações brasileiras e aos setores produtivos.

Segundo o Planalto, as tratativas vêm sendo conduzidas por meio de reuniões, telefonemas e encontros, sempre com o objetivo de demonstrar que as medidas adotadas pela gestão Donald Trump não possuem fundamento.

O USTR recomendou, em relatório preliminar divulgado em 1º de junho, a aplicação de uma sobretaxa de 25% sobre produtos importados do Brasil, com exceção de grande parte dos itens agropecuários.

Para a audiência de ontem, o governo não enviou nenhum representante por avaliar que o encontro é direcionado aos setores privado e civil.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, afirmou que a orientação do presidente Lula é manter o Brasil na mesa de negociações até a conclusão do processo. "Que nada nos retira desse campo

de multilateralismo e do campo democrático. Com muito respeito ao que outros reivindicam, mas sem jamais substanciar os interesses do Brasil. É isso que o presidente Lula nos pede todo dia" afirmou.

Prazo curto

Márcio Elias Rosa evitou comentar a participação, ontem, do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na audiência pública promovida pelo USTR - o parlamentar disse ter defendido o Brasil na sessão (leia reportagem abaixo).

"Eu prefiro falar apenas aquilo que, de fato, está ocorrendo, que é essa representação importante para a negociação" afirmou. "O prazo é curto, nós devemos focar naquilo que pode dar resultado positivo para o Brasil"

Após repercussão nas redes sociais, com opositores de Lula questionando por que nenhum representante do governo foi à audiência, o Palácio do Planalto reagiu. Por nota, declarou que repudia a participação do senador no evento. "Ao todo, 78 entidades e pessoas físicas se inscreveram para se manifestar sobre o tarifaço. Desse total (somando brasileiros e estadunidenses), 63 são contra o tarifaço e 15 são a favor. Das 44 intervenções de estadunidenses, 30 são contra o tarifaço e 14 a favor. Entre os 34 brasileiros inscritos, só Flávio Bolsonaro não se posicionou contrário às medidas contra o Brasil, optando por sugerir o seu adiamento, com claro objetivo eleitoral" enfatizou o **comunicado**.

O documento disse ainda que Flávio não rebateu as alegações do governo americano, além de não negar a participação da família, fazendo referência ao deputado cassado Eduardo Bolsonaro, que foi o

primeiro membro do clã a pedir intervenções contra o Brasil.

"Em vez de rebater as alegações infundadas do governo norte-americano para taxar o Brasil, o senador optou por legitimar os resultados de uma investigação injusta contra empresários e trabalhadores do nosso país" destacou. E acrescentou que Flávio "não negou que a campanha promovida por sua família e seus aliados esteve na origem do tarifaço contra o Brasil" "Tampouco aproveitou a audiência de hoje (ontem) para reconhecer que errou ao contrariar os interesses do povo brasileiro", frisou a nota.

O Planalto afirmou, ainda, que o senador omitiu o envolvimento do clã Bolsonaro no caso envolvendo o Banco Master. "Também esqueceu de mencionar seus próprios vínculos com Daniel Vorcaro, para quem pediu mais de 130 milhões de reais para, segundo ele

alega, produzir um

filme sobre o seu pai" citando ainda o rombo bilionário do **INSS** como de responsabilidade do governo do PL. "Ao contrário do que o senador Flávio Bolsonaro e sua família defenderam ao longo do último ano, ele agora tenta mudar o discurso e passar a imagem de que defende o Pix. Mesmo assim, propõe subordinar o Pix aos interesses norte-americanos."

Por fim, o documento reafirmou que o governo brasileiro negocia ininterruptamente para reverter as tarifas aplicadas injustificadamente contra o Brasil. "Esta manhã, enquanto o senador Flávio Bolsonaro tentava politizar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, funcionários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; do Itamaraty; do Ministério da Justiça; e do Palácio do Planalto mantinham reunião com técnicos do USTR para desfazer o tarifaço contra o Brasil" finalizou.

"Tariflávio"

Já o ministro da Secretaria--Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou que Flávio pratica uma "diplomacia clandestina" voltada a interesses eleitorais. "O senador foi ao Congresso dos EUA pedir para adiarem as tarifas e o ataque ao Pix para depois das eleições. Não foi defender o Brasil, foi defender seus interesses eleitorais. É a versão Tariflávio à prestação!" escreveu o ministro no X.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) também comentou. "Ele não foi defender o Brasil, mas apenas tentar apagar as próprias digitais. No passado, comemorou o tarifaço contra o país e agradeceu a Trump. Agora só pede adiamento: diz que "agora" é o pior momento. Depois da eleição, pelo visto, o Brasil que se vire" publicou o parlamentar nas redes sociais.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/07/08/all.pdf>

Delírio fiscal

Os principais economistas e especialistas em contas públicas preveem que o País terá de fazer um brutal choque de gastos no ano que vem para evitar o colapso das contas públicas semelhante ao que vimos em 2015 e 2016, durante o governo Dilma Rousseff. Mas o esperançoso ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, garantiu ao Estadão que o País vai atingir um superávit primário em 2027, sem que para isso seja preciso aumentar **impostos** ou promover um drástico corte de despesas.

Não parece algo minimamente crível, mas é exatamente o que diz o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) que o governo enviou ao Congresso Nacional em abril. E será com base nele que o Executivo pretende apresentar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) em agosto.

A julgar pela entrevista de Moretti, tudo será diferente a partir de agora, e o Executivo, enfim, perseguirá o centro de meta em 2027 - o que nunca fez desde que propôs e aprovou o arcabouço fiscal - e alcançará um saldo positivo de R\$ 73,22 bilhões entre receitas e despesas, o equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Para chegar a esse resultado - insuficiente para estabilizar a trajetória da dívida pública, mas ambicioso para o padrão fiscal dos governos lulopetistas -, bastarão "instrumentos" de gestão do Orçamento, como gatilhos para conter gastos com pessoal e benefícios tributários, assegurou o ministro.

Difícil acreditar nas previsões do ministro quando o próprio Tesouro Nacional trabalha com um cenário bem diferente. Na edição mais recente do Relatório de Projeções Fiscais, o órgão prevê que o País encerrará o ano de 2027 com déficit de 0,1% do **PIB**, e só conseguirá atingir o piso da meta, de 0,25%, considerando todas as despesas que podem ser excluídas do cálculo, como precatórios.

Se o objetivo for cumprir o centro da meta, ou seja, 0,5% do **PIB**, será preciso adotar medidas adicionais para aumentar a arrecadação ou contingenciar despesas equivalentes a 0,2% do **PIB**, de acordo com as projeções do Tesouro Nacional. Não é algo trivial, mas, para o período entre 2028 e 2030, esse esforço teria de ser ainda maior, da ordem de 1,2% do **PIB**, diz o relatório.

O otimismo de Moretti é calculado - afinal, números dizem qualquer coisa, sobretudo quando eles vêm da

Junta de Execução Orçamentária em um ano eleitoral. A questão é que as variáveis macroeconômicas e fiscais com as quais o Executivo trabalha parecem boas demais para ser verdade, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, "isso influenciaria as projeções futuras de despesas e receitas, gerando um cenário de resultados primários pouco factíveis sem ajustes fiscais relevantes, afetando, conseqüentemente, as estimativas para a dívida pública". Para estabilizá-la, calcula a IFI, seria necessário gerar um superávit de 2,1% do **PIB**, a cada ano.

Moretti prefere tapar o Sol com a peneira a reconhecer que o governo não tem feito um esforço fiscal compatível para esse objetivo. "Nosso papel é demonstrar a potência dessa agenda, demonstrar como nós vamos evoluir no processo de consolidação fiscal até para trazer a valor presente uma confiança capaz de afetar os preços dos ativos financeiros", disse.

A equipe econômica do governo Lula defende a meta fiscal como se ela fosse um fim em si mesmo e culpa as taxas de juros pelo aumento da dívida. De fato, é mais fácil assumir essa tese do que admitir que a política fiscal foi expansionista desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito e antes mesmo que ele tomasse posse.

"Não concordo que a gestão fiscal seja o ponto central ou o único ponto para explicar o juro elevado", afirmou o ministro, que prefere atribuir a piora das expectativas de **inflação** a questões climáticas, à expectativa do El Niño e ao choque do petróleo causado pela guerra no Oriente Médio. A verdade é que nem os números nem o discurso do ministro convencem. E se Lula for reeleito e insistir nessa tese, o País terá de se preparar para tempos ainda mais difíceis.

Juros altos não impedem economia de crescer acima do potencial

"Vejo a **inflação** pressionada pela demanda aquecida, pela inércia em serviços e pelo ruído fiscal" Ricardo Trevisan

O hiato do produto da economia brasileira voltou a acelerar no primeiro trimestre e alcançou o maior patamar em quase um ano. Entre janeiro e março, o indicador atingiu 3,5% e foi o maior desde os 3,7% do segundo trimestre do ano passado. Os dados constam do estudo "Hiato do **PIB** continua positivo há 13 trimestres", dos economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Claudio Considera e Henrique Bittencourt e divulgado ao Valor. A série acompanha desde o terceiro trimestre de 1982 o índice, que é a diferença entre o **PIB** real, efetivamente produzido, e o **PIB** potencial, a capacidade máxima sustentável da economia. Ele indica se a economia está acelerada ou ociosa e funciona como termômetro para governos ajustarem juros e projeções de **inflação**.

Quando o hiato do produto sobe, significa que a economia está acelerando e o que o **PIB** efetivo cresce mais rápido do que capacidade produtiva de longo prazo (**PIB** potencial). Quanto mais positivo o hiato, mais a economia está crescendo acima do potencial. Para Considera, o dado comprova que a economia, mesmo com projeções que apontam o contrário, se mantém aquecida em 2026.

A maioria dos economistas consultados pelo Valor também avaliou que a economia, no momento, está mais aquecida do que o projetado no começo do ano. O novo contexto levou especialistas a atualizarem previsões para o **PIB**, Selic e **inflação** em 2026, com crescimento da economia mais próximo a 2% - e Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima de teto de meta inflacionária (4,5%) no fim do ano.

Considera informou que o estudo mapeou uma sequência de 13 altas consecutivas, no hiato do produto do país. Nesse período, houve ausência de capacidade ociosa na economia.

No estudo, os pesquisadores explicaram que o hiato do produto se tornou acentuadamente negativo a partir do primeiro trimestre de 2015 - e negativo permaneceu, até o quarto trimestre de 2022. A partir do primeiro trimestre de 2023, o produto efetivo cresce

um pouco mais (8,3% naquele trimestre) do que o potencial (8,2%), tornando o hiato positivo.

"O nosso indicador mostra uma economia em crescimento. Este ano vai crescer em torno de 2% outra vez, ou mais", projetou.

Sinais positivos originados do mercado de trabalho, no emprego e na renda impulsionam demanda e norteiam aquecimento da economia em 2026, afirmou Considera. Ele contou que um aspecto também delineado pelo estudo foi estudar a trajetória da produtividade do trabalho, bem como da produtividade do capital na economia. Segundo Considera e Bittencourt, desde início de 2023 a produtividade do trabalho cresce lentamente, enquanto a produtividade do capital ficou estagnada.

Assim, completou Considera, o cenário de economia aquecida, delineado no estudo, ocorreu com pouca alocação de investimento produtivo. Isso ocorre porque a indústria e os empresários de maneira geral têm que lidar com quadro de juros altos. Atualmente a Selic está em 14,25% ao ano, mesmo com três cortes este ano. Esse contexto torna empréstimos e dívidas mais caros, bem como capital de giro para investimento.

"Mas não podemos deixar a **inflação** avançar", frisou, a lembrar que o BC mantém a Selic elevada como forma de conter possíveis descontroles da **inflação**. "O problema é efetuar a calibragem dos juros" disse. O economista admitiu que conter a **inflação** sem penalizar o empresariado é um desafio.

O quadro de aquecimento da economia em 2026 tem sido comandado por segmentos pouco dependentes da Selic, notou Silvio Campos Neto, economista e sócio da Tendências Consultoria. Agronegócio, mineração e petróleo, grandes exportadores, são menos afetados pelos juros altos e mais impulsionados por demanda global. Segmentos como de bens de consumo têm sido auxiliados por políticas fiscais expansionistas e crédito subsidiado. Assim, ponderou, mesmo com a Selic em 14,25% ao ano, a atividade segue em alta.

Campos Neto comentou ser bem "complexa" a calibragem da Selic no atual contexto. "Quando o BC calibra a política monetária em linha contracionista, o

que ele quer é afetar o máximo de setores possíveis da atividade, justamente para gerar esses esfriamentos", disse. "O problema é que quando existem segmentos que estão mais imunes a isso, por exemplo, por conta de linhas de crédito direcionadas, aí o remédio a ser usado para a Selic é maior", afirmou.

Nesse contexto, a Tendências atualizou projeções para 2026. A **inflação** oficial medida pelo IPCA para este ano foi revisada de 4,1% para 5,3%. A variação do **PIB** passou de 1,6% para 1,9%, com Selic em 14% até fim do ano.

Ricardo Trevisan, CEO da Gravus Capital, também aposta em Selic a 14% no fim do ano, com variação do **PIB** a 1,8% em 2026. Sobre a **inflação**, o economista é pessimista: IPCA a 6% em 2026. "Vejo a **inflação** pressionada pela demanda aquecida, pela inércia em serviços e pelo ruído fiscal e eleitoral do ano, com risco concreto de estouro do teto" da meta inflacionária, de 4,5%, disse, acrescentando que a própria ata da última reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) assinala que a atividade está mais aquecida que o esperado.

Marco Saravalle, estrategistachefe da Krivo Capital, lembrou que o câmbio é outra variável que pode afetar **inflação** este ano. "Está muito volátil. Se subir para R\$ 5,50 [atualmente em torno de R\$ 5,17], praticamente descartamos queda de juros por um tempo", disse. Por enquanto, ele prevê IPCA entre 5% e 5,3%, também acima da meta, com Selic a 14% ao término de 2026, e variação de **PIB** em 1,8%.

"Vejo o dólar mais próximo de R\$ 5,35-5,40 até o fim do ano, dado que a incerteza fiscal doméstica e a cautela do Fed [banco central americano] nos cortes de juros deve limitar a apreciação do real", acrescentou João Debom, sócio da Alude Capital. Ele projeta variação de 1,99% no **PIB** de 2026, com IPCA a 5,30%, e Selic a 14%.

Em contrapartida, Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, afirmou que, "sob a política monetária atual, bastante restritiva, é apenas questão de tempo para que a desaceleração [da economia] ocorra de maneira mais óbvia". "Apesar do bom resultado do **PIB** no primeiro trimestre, a tendência de desaceleração está posta", disse.

Ele ponderou que, mesmo com possibilidade de desaceleração mais evidente na atividade econômica no segundo semestre, "é papel do Banco Central ficar atento e redobrar a cautela em um contexto mais incerto".

IGP-DI tem deflação, com alívio no preço de commodities

Após subir 0,87% em maio, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) caiu 0,79% em junho, informou na terça-feira (7) a Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi a menor taxa desde fevereiro deste ano (-0,84%). Uma sucessão de quedas de preços em commodities no setor atacadista, que representa 60% do indicador, levou ao resultado, explicou Matheus Dias, economista da fundação. Ele ponderou, no entanto, ser difícil prever se o recuo de preços continuará nos próximos meses.

Dias citou o Índice de Preços ao Produtor Amplo - Disponibilidade Interna (IPA-DI) como determinante para queda observada no IGP-DI em junho. O IPA-DI, um dos componentes do IGP-DI e que representa atacado, saiu de alta de 0,95% para recuo de 1,36%, entre maio e junho.

Houve ajuste em junho em preços de commodities que haviam subido muito no meses anteriores devido à guerra no Oriente Médio. O conflito elevou preços, principalmente de derivados de petróleo. A região é grande produtora de petróleo e conta com expressivo fluxo de transporte do item.

O conflito "afetou muito as commodities", disse. O efeito, disse, não se deteve apenas a produtos relacionados a petróleo. "Em cenário de incerteza, isso influencia toda a cadeia produtiva. Outras commodities acabam aumentando, influenciadas por incerteza macroeconômica, climática e econômica", disse. O mercado de commodities ficou bastante contaminado desde início do conflito em fevereiro, concordou. "Mas à medida que a guerra, o conflito foi esfriando, está longe de estar como em abril", observou.

No entendimento dele, esse contexto de "esfriamento" da guerra naquela região acabou por influenciar ajustes para baixo em preços de commodities que subiram muito no auge do conflito. Foram o caso das quedas observadas, no atacado, em minério de ferro (-4,12%), óleo diesel (-9,58%) e café em grão (-8,68%), os principais recuos que contribuíram para a deflação do IPA-DI em junho.

Parte do ajuste também foi repassada para alguns itens no varejo. A **inflação** apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna (IPC-DI), 30% do IGP-DI, diminuiu de maio para junho, de 0,60% para 0,36%. Um dos itens que mais

pressionaram para baixo a trajetória do indicador foi a gasolina: -0,20%.

Outros fatores também ajudaram a derrubar preços no varejo. As ofertas de cana-de-açúcar e de café operam em alta no momento, o que ajudou a reduzir preço, de itens relacionados, no mercado varejista. No IPC-DI de junho, foram observadas quedas expressivas em etanol (-3,58%) e em café em pó (-2,26%).

Já o Índice Nacional de Custo da Construção - Disponibilidade Interna (INCC-DI), 10% do IGP-DI, diminuiu de 0,88% para 0,78% de maio para junho devido a materiais mais baratos.

Ao ser questionado se o

IGP-DI pode continuar a cair, Dias foi cauteloso. O especialista ponderou que conflitos no Oriente Médio embora arrefecidos, ainda não acabaram. Não se sabe quais serão próximos passos da guerra. Isso gera incerteza sobre trajetória futura de preços de commodities, forte influência para resultado do indicador. "Eu acredito que não tem como avaliar [prever] agora."

Até junho, o IGP-DI acumula altas de 3% no ano e de 3,59% em 12 meses, disse ainda a FGV. (AS)

Tesouro quer rediscutir título isento diante de dificuldade com dívida

Giordanna Neves e Jéssica Sant"Ana De Brasília

O secretário do Tesouro Nacional, Daniel Leal, afirmou em entrevista ao Valor que as distorções provocadas pela expansão de títulos incentivados, como as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as debêntures incentivadas, terão de ser enfrentadas para tornar o mercado de renda fixa mais eficiente, independentemente do resultado das eleições. A afirmação ocorre em meio às dificuldades enfrentadas pelo Tesouro nos leilões de títulos indexados à **inflação** (NTNBs) diante da instabilidade no mercado local de renda fixa.

Segundo Leal, o momento da adoção de eventuais medidas, se logo após as eleições ou apenas no ano que vem, dependerá das prioridades do governo eleito, mas o avanço da ineficiência do mercado tende a tornar esse debate inevitável. "Isso vai ter que ser enfrentado para que a gente tenha um mercado mais eficiente para benefício de todos, inclusive daqueles que emitem um incentivado", disse.

O secretário afirmou que ainda não há definição sobre qual caminho será adotado para corrigir essas distorções, mas ponderou que as alternativas já foram discutidas anteriormente. Segundo ele, as opções incluem mudanças na taxa sobre esses investimentos, como incidência de Imposto de Renda (IR) e cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e ajustes nas regras de emissão e de oferta dos títulos incentivados.

As medidas poderão ser adotadas de forma isolada ou combinada, a depender da estratégia definida pelo governo. Conforme a alternativa escolhida, as mudanças poderão ser implementadas por decreto, por normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ou ainda por meio de projeto de lei.

"Já teve [essa discussão] na época. Então, já estão meio mapeadas quais são as alternativas que podem ser utilizadas", afirmou. Ele ressaltou que não há no governo, neste momento, um debate para retomar essas medidas, que foram parcialmente propostas em 2025 via medida provisória (MP), não aprovada pelo Congresso.

Para Leal, a adoção de eventuais mudanças

dependerá também de uma estratégia para demonstrar ao mercado e à sociedade os benefícios das medidas. Segundo ele, a disfuncionalidade do mercado eleva a taxa de referência das emissões e, por isso, encarece o custo de captação. Assim, argumenta que a redução dessas distorções beneficiaria não apenas o Tesouro, mas também os próprios emissores de títulos incentivados. "Porque a disfuncionalidade do mercado custa mais caro, ela talvez eleve a taxa base com que você vai emitir."

Leal afirmou que, até ontem, o Tesouro não identificava necessidade de realizar intervenções mais agressivas no mercado de NTN-Bs, como operações de recompra ou leilões de compra e venda de títulos públicos. Segundo ele, se houvesse essa necessidade, as medidas já teriam sido adotadas. Na semana passada, parte dos títulos ofertados enalhou; ontem, o Tesouro ofertou apenas o lote mínimo desses papéis, priorizando a colocação de títulos pós-fixados, de menor risco de oscilação em ambiente de alta de juros.

O secretário ressaltou, porém, que o Tesouro acompanha de perto as condições de mercado e que está preparado para atuar, caso o cenário se deteriore. "Hoje, a gente pode acordar e precisar fazer uma atuação, e a gente vai estar preparado para fazer", afirmou.

Ele acrescentou que o mercado segue em uma situação delicada, o que, na sua visão, explica a redução recente do volume ofertado nos leilões de títulos públicos.

O secretário reconheceu que o prêmio de risco das NTN-Bs está em um "patamar historicamente alto", mas disse que há soluções endereçadas para retomar as taxas para um nível mais saudável. "Em algum momento, a gente vai voltar a ter uma política monetária menos restritiva, o que vai contribuir [para queda das taxas]. E a cada tempo que passa, avançamos na sustentabilidade fiscal, o que também contribui", disse.

O secretário avaliou ainda que o país está mais perto de recuperar o grau de investimento pelas agências de classificação de risco do que já esteve em outros momentos, principalmente devido ao crescimento maior do que o esperado para o Produto Interno Bruto

(**PIB**) nos últimos anos. "Estamos bem mais perto do que estivemos em outros momentos. As agências vão ter o conforto de retomar o grau de investimento para o Brasil. A relação dívida/**PIB** do Brasil cresceu menos do que a maioria dos outros países emergentes [nos últimos anos]. Então, a distância que o Brasil estava da [relação] dívida/**PIB** de outros países [emergentes] reduziu", argumentou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Na entrevista, Leal disse ainda que não é possível antecipar se haverá necessidade de encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária

Anual (PLOA) de 2027 com alguma medida extra de arrecadação porque a peça ainda está sendo elaborada pelo governo. "Não tem como a gente antecipar se tem que ter alguma medida ou não de arrecadação. O que eu posso garantir é que ele [o PLOA 2027] vai vir buscando a meta que foi estabelecida e respeitando o limite de gastos."

O Tesouro calculou, no relatório de projeções fiscais, a necessidade de medidas adicionais de arrecadação de 0,2% do **PIB** para que o governo atingisse o centro da meta fiscal em 2027. A meta proposta no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é de um superávit de 0,5% do **PIB**, o equivalente a R\$ 72,3 bilhões, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos.

O secretário também avaliou que não existe uma "única solução" para fazer frente aos problemas fiscais do país, ao ser questionado se o desafio do próximo ano estará mais pelo lado das despesas do que das receitas. Ele disse que temas mais complexos, como a rigidez orçamentária e as indexações, precisam ser debatidos de maneira "madura", visando a manutenção dos programas sociais necessários à sociedade.

"Muitos economistas falam de indexação, rigidez do Orçamento, pisos, benefícios sociais, Previdência. Tem o problema dos gastos tributários, que o governo endereçou um pedaço ano passado. Não acho que tem uma bala de prata, muito pelo contrário, eu acho que tem que ter uma discussão madura para manter de fato aqueles programas que são necessários e que trazem benefícios à sociedade, e você discutir coisas novas ou ganhar eficiência rediscutindo qualquer uma dessas ações", afirmou.

Leal avaliou que é natural que haja, após o fim do pleito eleitoral, uma sinalização da política econômica que será conduzida pelo governo que vier a ser eleito. A partir desse momento, ele afirmou que será possível o país retomar o debate sobre soluções que levem a uma sustentabilidade fiscal e do endividamento público.

Nem juros acima de 8% destravam demanda pelas NTN-Bs

Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

O estresse das últimas semanas nos mercados de renda fixa, que gerou um salto relevante das taxas das NTN-Bs, os títulos públicos atrelados à **inflação**, continuou a provocar alterações na estratégia do Tesouro Nacional na gestão da dívida. No leilão de ontem, o Tesouro voltou a fazer uma oferta apenas protocolar de NTN-Bs e concentrou as emissões em LFTs, os papéis da dívida atrelados à taxa Selic. Não por acaso, na sessão, houve a maior venda semanal de LFTs do ano até agora, em um movimento que acende um sinal de alerta no mercado.

Traders de renda fixa ouvidos pelo Valor viram com alguma naturalidade a estratégia de intensificar a colocação de títulos pós-fixados. No leilão de ontem, foram emitidos R\$ 28,9 bilhões em LFTs e somente R\$ 628 milhões em NTN-Bs, o que ajuda a evidenciar a concentração nos papéis atrelados à Selic. Vale notar, porém, que foi a primeira emissão das LFTs com vencimento em setembro de 2032 e, assim, uma oferta um pouco maior foi vista como normal.

"Como foi a primeira emissão, é natural colocar um lote um pouco maior", observa um profissional de renda fixa. Ele, porém, observa adicionalmente que o contexto tem sido favorável a esses papéis, dado que "o Tesouro não está emitindo nada de NTN-B". Isso, inclusive, não aconteceu só no leilão de ontem. Na venda da semana passada, o volume financeiro do leilão de papéis indexados ao IPCA somou somente R\$ 596 milhões. Além disso, a venda antes prevista para 23 de junho foi cancelada, o que levantou especulações sobre novas intervenções no mercado.

Até o momento, o Tesouro não realizou recompras de títulos públicos, a exemplo do que aconteceu em março. No entanto, desde o fim da semana passada, integrantes do Ministério da Fazenda têm feito intervenções verbais, por meio de entrevistas, na tentativa de acalmar o mercado secundário de títulos públicos. E, de alguma forma, a estratégia tem funcionado. Entre quinta-feira e ontem, a taxa da NTN-B com vencimento em maio de 2029 caiu de 8,648% para 8,510%, enquanto a da NTN-B para maio de 2035 cedeu de 8,280% para 8,103%.

Ainda assim, as taxas de juros reais continuam em níveis bastante elevados e ainda geram um sinal de

alerta importante para os investidores, diante de uma demanda bastante fraca. Ontem mesmo, no leilão de NTN-B para 2037, as taxas saíram um pouco acima do consenso ou, no jargão do mercado, "abertas", em um possível sinal de que o Tesouro aceitou pagar um prêmio maior para efetuar a colocação integral dos títulos.

"As NTN-Bs têm sua demanda reduzida pelo elevado nível da **inflação** implícita, que torna os títulos relativamente menos atrativos para os investidores do que os prefixados; pela concorrência advinda das debêntures incentivadas; e pelo fato de as entidades de previdência já deterem estoques relevantes desses títulos", observa o estrategista-chefe e sócio da Eytse Estratégia, Sérgio Goldenstein, que já foi chefe do departamento de mercado aberto do Banco Central.

E, em um contexto no qual as emissões de títulos prefixados também sofrem com alguma falta de demanda, Goldenstein defende que resta ao Tesouro "a estratégia de concentrar as emissões em LFT, piorando a composição da dívida, mas possibilitando um maior prazo médio de emissão e um provável custo menor, evitando, ainda, uma pressão adicional sobre os juros nominais e reais".

Do lado dos prefixados, o estrategista avalia que há um aumento dos prêmios de risco exigidos pelo mercado diante de um cenário fiscal negativo e da demanda reduzida, ao ter em vista o elevado custo de oportunidade, a perspectiva de uma Selic restritiva por um período prolongado, o baixo apetite dos fundos multimercado e a demanda reduzida por parte dos investidores estrangeiros. "A demanda estrutural por prefixados só vai se recuperar quando o país adotar um ajuste fiscal consistente e houver a percepção de que a Selic retornará de forma sustentada ao patamar de um dígito."

Quanto à possibilidade de uma intervenção do Tesouro concentrada nas NTN-Bs, Goldenstein avalia que a medida poderia elevar a **inflação** implícita (que é obtida pela diferença entre os juros futuros e as taxas de juros reais) e que "já está bastante elevada (entre 5,3% e 6,3% para os prazos intermediários e de longo prazo), tornando as NTN-Bs ainda mais caras em relação aos títulos prefixados e, conseqüentemente, fragilizando mais sua demanda".

Na avaliação do economistacheefe da BGC Liquidez, Felipe Tavares, a demanda por títulos prefixados e por alguns vencimentos de NTN-Bs mostra que o mercado segue funcionando, ainda que longe do cenário ideal. "A disfuncionalidade ocorre quando não há ponta compradora. Ainda existe alguma demanda, especialmente nos vértices de 2030 e 2035. Se olharmos apenas para o mercado de NTN-B, a situação está bastante ruim. Mas, para afirmar que o mercado está disfuncional, seria preciso que o mercado de títulos como um todo estivesse nessa condição, e não é o caso", enfatiza.

Na avaliação de Tavares, a piora do ambiente global, somada ao contexto doméstico, aumentou a aversão a alguns ativos brasileiros. Para ele, o movimento foi provocado por uma combinação de fatores, como a deterioração das expectativas em torno das eleições no Brasil e a mudança de postura do Federal Reserve (Fed, banco central americano), que passou a adotar um tom mais "hawkish" (inclinado a um aperto monetário). "O mercado não está disfuncional. O cenário é que está ruim", avalia.

A piora relativa das expectativas dos agentes em relação ao cenário eleitoral conversa, em especial, com a ausência de discussões sobre a sustentabilidade da dívida.

"O Tesouro está há um mês praticamente sem emitir NTN-B porque não existe mais demanda por esse papel. Todo mundo que queria já comprou e o dinheiro acabou. O problema é que o Tesouro precisa vender muito ainda e o preço que ele está enxergando no mercado é altíssimo. A questão é que ele só vai encontrar demanda com esses níveis de taxa. IPCA + 8% é o preço que o Brasil paga hoje para se financiar porque não consegue fazer nada direito na política fiscal", afirma um gestor de renda fixa em condição de anonimato.

Para o superintendente de pesquisa econômica do Itaú Unibanco, Fernando Gonçalves, há uma preocupação fiscal importante no Brasil que pode estar condicionando parte da dinâmica dos mercados, além de movimentos técnicos. "A curva de juros chegou a precificar chance de alta nos juros já no fim deste ano, o que sugere que parte dos movimentos é de cunho técnico. Não é possível atribuir completamente a dinâmica das NTN-Bs à política fiscal, até porque há mudanças de posicionamento e os juros americanos também mudaram substancialmente", nota.

Gonçalves, assim, vê um ajuste nos preços dos ativos devido a essa mudança no cenário internacional junto a questões técnicas e ao risco doméstico. "As coisas se misturam um pouco, mas existe, de fato, uma questão fiscal importante no Brasil e estamos em um

ano de muita transferência e de muitos estímulos. Isso pode pegar o mercado em um momento muito adverso e, assim, os efeitos vão se compondo."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Fim da escala 6x1 vai impactar milhares de acordos coletivos

Luiza Calegari De São Paulo

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restringe a aplicação da escala de 6 dias de trabalho para um de descanso (6x1) pode ter como primeiro efeito jurídico a anulação de milhares de cláusulas de acordos coletivos já firmados - se for aprovada pelo Senado como passou na Câmara dos Deputados. Com a anulação, terão que ser abertas novas rodadas de negociações entre os sindicatos das empresas e os dos trabalhadores.

A partir da redução da jornada semanal máxima, explicam especialistas em Direito do Trabalho, deverão ser reformulados, por exemplo, os sistemas de turnos. Nesse replanejamento, mais horas poderão ser caracterizadas como horas extras. Mas tal medida, dizem, deverá ser gerida com cuidado. Assim, na prática, poderá ser mais seguro para as empresas contratar.

A consequência será o aumento de custos. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que a proposta de redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução salarial, pode elevar em até R\$ 267,2 bilhões por ano os custos com empregados formais, alta de até 7% na folha de pagamentos. Já estimativa do Santander indica um custo mecânico negativo para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, no curto prazo, de cerca de 2,5%.

O aumento de custos decorrente das novas regras é uma das principais críticas do setor produtivo à proposta. Empresas defendem que a elevação de gastos depende de ganhos de produtividade para ser sustentável, mas não há movimento para resolver o problema da falta de qualificação da mão de obra. Uma das consequências, segundo elas, será o repasse de tais custos para os consumidores, gerando pressão inflacionária, além de redução da competitividade do produto brasileiro no mercado externo.

Alessandra Barichello Boskovic, sócia de Mannrich e Vasconcelos Advogados, destaca que os setores que mais devem ser afetados pelas novas exigências são os que dependem de escalas diferenciadas e de negociação coletiva para organizar suas operações, como saúde, indústria, comércio, logística, transporte, hotelaria e serviços essenciais.

E esse impacto poderá ser sentido rapidamente. Segundo o texto que será analisado pelos senadores, as cláusulas coletivas sobre duração do trabalho e repouso semanal remunerado que contrariem a nova norma deixam de valer. Na prática, de acordo com especialistas, com a aprovação da PEC, podem perder a validade automaticamente.

De acordo com Alessandra, tornar sem efeito parte das cláusulas definidas em negociação coletiva, por causa da PEC, poderá "gerar desequilíbrio do pacto coletivo". A advogada explica que as empresas e os trabalhadores fazem concessões recíprocas nesses acordos. "Muitas vezes, determinadas flexibilizações de jornada ou escalas diferenciadas são negociadas em contrapartida a benefícios econômicos, adicionais de remuneração, garantias de emprego ou outras vantagens para os trabalhadores."

Para Marcos Fantinato, sócio do Machado Meyer, o movimento dessas renegociações vai consolidar ainda mais o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o negociado prevalece sobre o legislado (Tema 1.046). "A segurança para empregadores e trabalhadores virá da norma coletiva", afirma.

As imprecisões do texto da PEC e a abrangência das novas disposições vão abrir portas para a judicialização, segundo Domingos Fortunato, sócio de Trabalhista e Sindical do Mattos Filho. Para ele, a inclusão das categorias com jornadas especiais na nova escala deixa margem para questionamento. "Os trabalhadores de petróleo, por exemplo, se organizam mundialmente em uma escala de 14 dias de trabalho por 14 de descanso, porque são transferidos entre plataformas no mundo inteiro. Será impossível ajustar para dois descansos semanais", diz.

Outra crítica é de que o prazo de 60 dias para as adaptações, a partir da instituição da lei, seria muito exíguo. O Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, por exemplo, representa cerca de 500 mil trabalhadores. "Destaco isso pela viabilidade de se negociar com tantas empresas ao mesmo tempo", afirma Fortunato.

Ele diz, ainda, que a tendência é de aumento significativo de custos para as empresas. "Com margens já baixas, alguns setores vão ter que

repassar esse custo para o consumidor", conclui.

Com relação às empresas que adotam banco de horas, continua sendo melhor, segundo especialistas, a compensação, com a troca de horas extras por folgas ou abatimento da jornada. Em relação a isso, a

PEC não trouxe alterações - a compensação continua limitada a 10h diárias. Na prática, o que pode acontecer é que mais horas serão caracterizadas como extras, de acordo com Celso Báez, sócio da área trabalhista do Demarest. "Vislumbramos maior impacto em sistemas de turno e compensação entre semanas, pois a média semanal precisaria ser readequada para 40 horas", afirma.

Báez explica que costuma ser mais barato para as empresas pagar hora extra para funcionários já contratados do que admitir novos trabalhadores, considerando todos os encargos. No entanto, ele alerta sobre a contratação prévia de horas extras - contratar a pessoa por 44 horas semanais prevendo que 4 horas deste total serão pagas como extras. "Na prática, isso passaria a equivaler a "burlar" o novo limite constitucional, implicando contingências financeiras relevantes", diz. Assim, é provável que a maioria das empresas, acrescenta, acabe tendo que contratar mais empregados.

Para tentar contornar as restrições da PEC, a nova jornada também abre espaço para a ideia de contratação de Microempreendedores Individuais (MEIs), apontam os advogados. Mas a validade dessa contratação é um debate que ainda está em andamento no Supremo Tribunal Federal, no processo que discute a chamada pejotização (Tema 1389).

Para Báez, os prestadores de serviços contratados como MEI não estão sujeitos à jornada de trabalho e não seriam afetados pela redução. "Sob essa ótica, pode sim haver certo estímulo para que as empresas busquem formas alternativas de contratação de prestadores de serviços como estratégia para tentar "driblar" a redução da jornada."

Marcos Fantinato diz entender que o propósito da PEC é melhorar o equilíbrio entre tempo à disposição do trabalho e o dedicado à vida pessoal dos funcionários. Mas afirma que, embora a proposta seja um passo importante nesse sentido, o debate não evoluirá enquanto o trabalho não for pensado em termos mensais ou anuais, em vez de diário ou semanal. "Talvez a negociação coletiva possa abrir espaço para a criação de vantagens quinzenais, mensais ou anuais, como por exemplo, trabalhar 10 dias seguidos para poder folgar por 15 dias depois", defende.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>